



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.339, DE 2024 **(Do Sr. Gervásio Maia)**

URGÊNCIA ART. 155 RICD

Altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para caracterizar circunstância agravante a prática de infrações que dificultem a plena prestação de serviços públicos e em concurso de pessoas; aumentar penas para crimes de incêndio em floresta e de poluição de qualquer natureza; e proibir aquele que fizer uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares de contratar com o Poder Público ou receber recursos públicos.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

(*) Avulso atualizado em 17/10/24, em virtude de alteração do regime de tramitação.



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2024
(DO SR. GERVÁSIO MAIA)

Altera a Leis 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para caracterizar circunstância agravante a prática de infrações que dificultem a plena prestação de serviços públicos e em concurso de pessoas; aumentar penas para crimes de incêndio em floresta e de poluição de qualquer natureza; e proibir aquele que fizer uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares de contratar com o Poder Público ou receber recursos públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Altera a Leis 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, para caracterizar circunstância agravante a prática de crimes ambientais que dificultem a plena prestação de serviços públicos e praticados em concurso de pessoas; aumentar penas para crimes de incêndio em floresta e de poluição de qualquer natureza; e proibir aquele que fizer uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares de contratar com o Poder Público ou receber subsídios, subvenções ou doações provenientes da administração pública.

Art. 2º A Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.15.....

II -.....

s) dificultando a plena prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. Aplicam-se as previsões sobre concurso de pessoas e respectivos agravantes previstos no Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940”. (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 27/08/2024 19:49:51.280 - MESA

PL n.3339/2024

“Art. 41.....

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa. ” (NR)

“Art. 54.....

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa

§2º.....

Pena - reclusão, de dois a sete anos

..... (NR) ”

Art. 2º O art. 38 da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38.....

§ 5º Aquele que fizer uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares ficará proibido de contratar com o Poder Público, receber subsídios, subvenções ou doações provenientes da administração pública” (NR).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os incêndios florestais registrados em vários estados brasileiros em agosto de 2024, muitos deles de origem criminosa, causaram prejuízos incalculáveis ao meio ambiente, ameaçam a biodiversidade e a saúde pública e a economia nacional. Infelizmente, trata-se de fenômeno cada vez mais frequente, atingindo todos os biomas brasileiros, e cujos efeitos podem levar anos a serem superados, quando não são irreparáveis.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 27/08/2024 19:49:51.280 - MESA

PL n.3339/2024

Em 2019, no trágico evento que ficou conhecido como “Dia do Fogo”, foram queimados nos estados da Amazônia Legal cerca de 11.500 km², de forma intencional e criminosa. O que mais chama a atenção no caso é que, cinco anos depois, em vez de termos os criminosos rigorosamente punidos, o que se observa é que mais de 60% da área destruída pelas chamas foi convertida em pastagem, o que transmite a inadmissível mensagem de que o crime ambiental pode compensar.

Apesar dos esforços dos órgãos públicos que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), resta claro que é urgente revermos cada aspecto do sistema, desde a formulação das leis até a persecução penal contra os que insistem nas práticas ilegais. Em relação à revisão legislativa, o presente Projeto de Lei traz diversas sugestões que consideramos necessárias para dar mais efetividade à repressão pelo estado de atos criminosos contra o meio ambiente.

Em primeiro lugar, entendemos imperativo a Lei nº 9.605/1998 seja revista para incluir, em seu art. 15, dois dispositivos. O primeiro, na forma da alínea ‘s’ do inciso II, vem deixar claro que é circunstância que agrava a pena o cometimento de infrações ambientais que dificultem a plena prestação de serviços públicos, como é o caso das queimadas cuja poluição impeça o trânsito em estradas ou o funcionamento de aeroportos. No mesmo art. 15, propomos a inclusão do parágrafo único, que inova ao trazer as previsões sobre concurso de pessoas e respectivos agravantes previstos no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) para a legislação sobre crimes ambientais. Assim, buscamos deixar pacificado que aqueles que promovem, organizam, coagem, instigam etc. o cometimento de crimes ambientais não só respondem pelos seus atos, mas podem ter a pena agravada pela natureza de sua participação.

Ainda como ajustes à Lei nº 9.605/1998, nosso Projeto prevê o aumento das penas previstas para os crimes do art. 41, “provocar incêndio em floresta ou em demais formas de vegetação”; do art. 54, caput, “Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”; e § 2º, que trata das condições agravantes do crime, tais quais “tornar uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana” e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 27/08/2024 19:49:51.280 - MESA

PL n.3339/2024

“causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população”.

A necessidade de se agravar as penas de tais crimes não se explica apenas pela intenção de desencorajar ainda mais condutas tão graves. Não podemos perder de vista que crimes contra o meio ambiente têm como vítima toda a sociedade. Quando falamos de meio ambiente, tratamos da proteção de um direito difuso, que, nas palavras do Conselho Nacional dos Ministério Público, “possui natureza indivisível e diz respeito a uma massa indeterminada de pessoas que não podem ser individualizadas, porque afeta um número incalculável de pessoas, que não estão ligadas entre si por qualquer relação jurídica pré-estabelecida”. Isso posto, não faz sentido que, na legislação vigente, o crime de “provocar incêndio em floresta ou em demais formas de vegetação” imponha pena de reclusão, de apenas dois a quatro anos, enquanto que nosso Código Penal, a proteção de direitos privados, determine que “causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem” tenha penalidade maior, de reclusão, de três a seis anos. A defesa de direitos difusos, de toda a sociedade, deve ter rigor no mínimo semelhante ao que se observa na defesa de direitos individuais, se não maior.

Finalmente, consolidamos nossa proposta com inclusão do § 5º no art. 38 da Lei nº Lei 12.651/2012, a fim de determinar que, para quem fizer uso irregular de fogo em terras públicas ou particulares, é vedada a contratação com o Poder Público, bem como o recebimento de subsídios, subvenções ou doações provenientes da administração pública. Não podemos admitir que pessoas que adotam condutas tão nefastas, que causam danos a um sem número de pessoas, ainda possam se beneficiar de recursos públicos, em qualquer forma.

Esses, senhoras e senhores deputados, são os termos do Projeto de Lei que ora submeto a apreciação dos representantes do Povo Brasileiro. São, como podem observar, reformas necessárias, equilibradas e justificadas pela triste realidade que todos observamos e que não permite que esta Casa fique inerte. Por isso, conto com o apoio de todas e todos para tão relevante proposta.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala de Sessões, 27 de agosto de 2024.

DEPUTADO GERVÁSIO MAIA (PSB/PB)

Apresentação: 27/08/2024 19:49:51.280 - MESA

PL n.3339/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD248753256600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gervásio Maia





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-02-12;9605
LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-05-25;12651

FIM DO DOCUMENTO